



INFORMAÇÃO DE MONITORIZAÇÃO

ABRIL DE 2025

CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS:

Acesso a médico de família, consultas e rastreios



1. Introdução

A área dos cuidados de saúde primários (CSP) do Serviço Nacional de Saúde (SNS) passou por profundas reformas nos anos mais recentes, particularmente na sequência da publicação do Estatuto do SNS¹, que introduziu várias alterações legislativas com impacto na organização e funcionamento das unidades de CSP.

Desde logo, com vista à prestação integrada de CSP e cuidados hospitalares e ao reforço da resposta de proximidade e continuidade, o Decreto-Lei n.º 102/2023, de 7 de novembro, procedeu à reestruturação de várias entidades públicas empresariais do SNS, através da integração dos hospitais e centros hospitalares existentes com os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), que passaram a adotar o modelo de organização e funcionamento em Unidades Locais de Saúde (ULS), nos termos previstos no Estatuto do SNS.

Por sua vez, as Unidades de Saúde Familiares (USF) foram objeto de algumas das alterações mais visíveis. Tendo-se considerado que as USF representavam o modelo de organização associado a maior motivação dos profissionais e satisfação dos utentes, procedeu-se, através do Decreto-Lei n.º 103/2023, de 7 de novembro, à revisão e generalização deste modelo de organização, procurando o alargamento da cobertura populacional por equipa de saúde familiar a, pelo menos, 80% da população. Este novo regime instituiu a existência de dois modelos de USF (B e C), em conformidade com o previsto no Estatuto do SNS, e estabeleceu os moldes e os critérios que permitiram a transição, para o modelo B, das USF modelo A e das UCSP que tivessem, à data, apresentado candidatura a USF e preenchessem os pressupostos ali estabelecidos.

No que respeita às USF modelo C, a constituir através de contratualização com o setor social ou privado, o Decreto-Lei n.º 81/2024, de 31 de outubro, que veio

¹ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto.



alterar o Decreto-Lei n.º 103/2023, de 7 de novembro, definiu os aspetos essenciais para a contratação dos serviços de prestação de cuidados de saúde primários, no âmbito das USF modelo C. Nessa sequência, a Portaria n.º 302/2024/1, de 25 de novembro², veio definir o procedimento de candidatura aplicável à sua constituição e à densificação do processo de monitorização e acompanhamento destas unidades funcionais. O n.º 1 do artigo 5.º do mesmo diploma consagra que “O modelo de constituição ou contratação da prestação de cuidados de saúde primários no âmbito de USF modelo C e da abertura do respetivo procedimento de candidatura são obrigatoriamente publicadas mediante aviso na 2.ª série do Diário da República, com a informação mais relevante sobre o programa de procedimento e caderno de encargos, os quais devem ser disponibilizados na íntegra nos sítios eletrónicos da DE-SNS, I. P., da ACSS, I. P., e da Unidade Local de Saúde, E. P. E. (ULS) adjudicante.”

Consultados, no dia 26/03/2025, o Diário da República Eletrónico e os *websites* da DE-SNS e da ACSS, não foi encontrado qualquer procedimento concursal neste âmbito, concluindo-se que não estão ainda constituídas ou contratadas quaisquer USF modelo C.

De acordo com informação extraída do portal BI-CSP³, existem atualmente, em Portugal continental, 264 UCSP e 678 USF de modelo B, integradas em 29 ULS⁴. De referir que, de entre estas duas tipologias, as UCSP apenas são maioritariamente representativas na região de saúde do Alentejo (64,4%), enquanto na região de saúde do Norte as USF modelo B têm o maior peso relativo (81,8%).

² O Despacho n.º 14237/2024, de 2 de dezembro, veio atualizar o Despacho n.º 12456-B/2023, de 5 de dezembro, determinando as a carteira básica de serviços e os princípios da carteira adicional de serviços das USF.

³ Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários, consultado a 06/02/2025, disponível em <https://bicsp.min-saude.pt/pt/Paginas/default.aspx>.

⁴ Uma vez que esta reestruturação alterou as áreas de abrangência dos anteriores ACES, deixou de ser possível a análise comparativa com base nesse critério, passando a utilizar-se como base geográfica as áreas de CSP das diferentes ULS.



Em conformidade com os seus Estatutos⁵, incumbe à Entidade Reguladora da Saúde (ERS) “[a]ssegurar o direito de acesso universal e equitativo à prestação de cuidados de saúde nos serviços e estabelecimentos do SNS, nos estabelecimentos publicamente financiados, bem como nos estabelecimentos contratados para a prestação de cuidados no âmbito de sistemas ou subsistemas públicos de saúde ou equiparados.”⁶ Nesse âmbito, a ERS tem dedicado particular atenção ao acompanhamento da área dos CSP do SNS.

Em 2023 a ERS publicou um estudo sobre acesso a cuidados de saúde mental nos CSP do SNS⁷, no qual se analisou o nível de acesso pelas populações a serviços de saúde mental, com foco na atividade de rastreio precoce nos cuidados de saúde primários do SNS e referência para os hospitais. Em 2024 foi publicado um estudo sobre qualidade e eficiência nas UCSP e USF⁸, onde se procedeu a uma avaliação do desempenho das USF e UCSP, entre 2019 e 2022, sob as óticas da qualidade e da eficiência.

Ainda no âmbito do acompanhamento aos CSP, a ERS tem vindo a realizar e a publicar anualmente, desde 2022, informações de monitorização sobre o acesso a estes cuidados⁹, monitorização à qual o presente trabalho dá continuidade.

Para tal, analisaram-se os indicadores relativos ao acesso a CSP, utilizando informação extraída do Portal da Transparência do SNS¹⁰, para o período compreendido entre 2021 e 2024, considerando as seguintes categorias: acesso a médico de família, consultas médicas e de enfermagem, acompanhamento do utente com doença crónica e vigilância a grupos de risco.

Para efeitos de comparabilidade com as monitorizações anteriores, apesar da extinção das Administrações Regionais de Saúde (ARS), manteve-se a

⁵ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 126/2014, de 22 de agosto.

⁶ Cf. alínea a) do artigo 12.º dos Estatutos da ERS.

⁷ Disponível no *website* da ERS, em https://www.ers.pt/media/slpzdwk/estudo_saude_mental_02-2023.pdf.

⁸ Disponível no *website* da ERS, em https://www.ers.pt/pt/flipbooks/estudo_qualidadecsp/.

⁹ Disponíveis no *website* da ERS, em <https://www.ers.pt/pt/atividade/supervisoao/selecionar/informacao-de-monitorizacao/>.

¹⁰ Disponível em <https://transparencia.sns.gov.pt/explore/?sort=modified>, consultado a 29/01/2025.



apresentação de resultados por região de saúde, que complementa as análises por ULS.



2. Acesso a médico de família e taxas de utilização

Neste capítulo apresentam-se os resultados das análises à evolução da população com médico de família e às taxas de utilização de consultas médicas, entre 2021 e 2024, procedendo-se a comparações entre utentes com e sem médico de família, entre regiões de saúde e entre ULS (área de CSP).

Em dezembro de 2024, 85,4% dos utentes inscritos nos CSP em Portugal continental tinham médico de família atribuído, contrariando a tendência dos últimos anos de diminuição no valor deste indicador, com um aumento de 1,9 p.p. face a 2023 (tabela 1). Em termos regionais, esta tendência apenas não se registou na região de saúde do Norte (com -0,3 p.p.), enquanto nas restantes regiões de saúde se verificaram ligeiras subidas em relação a 2023.

Tabela 1 - Percentagem de utentes com médico de família no total de utentes inscritos

Ano	Região de Saúde					Portugal Continental
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	
2021	97,2%	93,0%	79,2%	90,2%	83,6%	88,8%
2022	97,3%	89,9%	73,2%	83,9%	80,2%	85,6%
2023	97,6%	85,1%	70,1%	82,1%	77,6%	83,5%
2024	97,3%	88,7%	72,1%	85,0%	81,2%	85,4%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

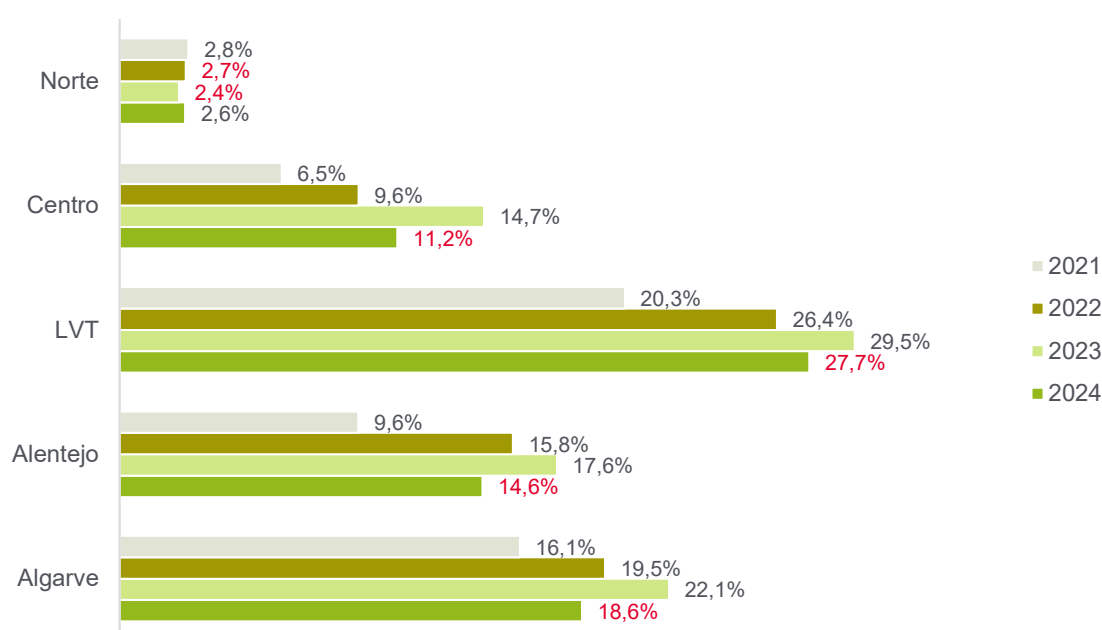
As unidades localizadas na região de saúde do Norte exibiram a maior percentagem de utentes inscritos com médico de família atribuído em todos os anos analisados (97,3% em 2024), enquanto as das regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve apresentaram as percentagens mais baixas (72,1% e 81,2%, respetivamente).

Paralelamente, foram as unidades da região de saúde do Norte que exibiram a menor percentagem de utentes sem médico de família sem que tal decorra de



sua opção¹¹ (2,6%, em 2024), enquanto as das regiões de saúde de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve apresentaram as maiores percentagens (27,7% e 18,6% em 2024, respetivamente) (gráfico 1). Será, no entanto, de notar que a percentagem de utentes sem médico de família sem ser por opção própria diminuiu significativamente em todas as regiões de saúde, exceto na região do Norte.

Gráfico 1 – Percentagem de utentes inscritos sem médico de família, sem ser por opção, no total de utentes inscritos, por região de saúde e ano



Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

Quanto às taxas de utilização de consultas médicas a um ano para todos os utentes, em 2023 não se registou alteração no valor do indicador para Portugal continental, que se manteve em 69,0% em 2024.

Na região do Centro observou-se uma diminuição de 0,5 p.p. da taxa de utilização de consultas médicas em 2024 face a 2023 (tabela 2), contrariando a

¹¹ Os utentes sem médico de família distinguem-se entre aqueles que estão nessa situação por opção própria e os que não optaram nesse sentido; o gráfico traduz os utentes na segunda situação.



tendência das restantes regiões de saúde, com particular destaque para a região de Lisboa e Vale do Tejo (que registou um aumento de 1,1 p.p.).

Tabela 2 – Taxa de utilização de consultas médicas a um ano para todos os utentes, por região de saúde (média mensal)

Ano	Região de Saúde					Portugal Continental
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	
2021	72,8%	70,9%	59,9%	69,1%	57,7%	67,9%
2022	75,7%	73,4%	61,4%	70,9%	59,9%	70,2%
2023	75,3%	72,1%	58,6%	69,5%	59,6%	69,0%
2024	75,8%	71,6%	59,7%	70,2%	59,9%	69,0%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

No caso dos utentes sem médico de família, a taxa de utilização de consultas médicas aumentou 4,7 p.p. em 2024 face a 2023, em Portugal continental (tabela 3). Embora se tenha verificado uma descida no valor do indicador nas regiões de saúde de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve (0,9 p.p. e 1,5 p.p., respetivamente), nas restantes regiões a taxa de utilização de consultas médicas por utentes sem médico de família aumentou, com particular destaque para a região do Norte, que registou um aumento de 10,8 p.p..

Tabela 3 – Taxa de utilização consultas médicas por utentes sem médico de família, por região de saúde (média mensal)

Ano	Região de Saúde					Portugal Continental
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	
2021	51,8%	50,6%	41,3%	58,7%	28,6%	48,0%
2022	52,0%	55,9%	42,0%	59,4%	32,5%	49,4%
2023	49,7%	56,2%	39,5%	59,7%	36,1%	48,0%
2024	60,5%	58,1%	38,6%	61,3%	34,6%	52,7%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

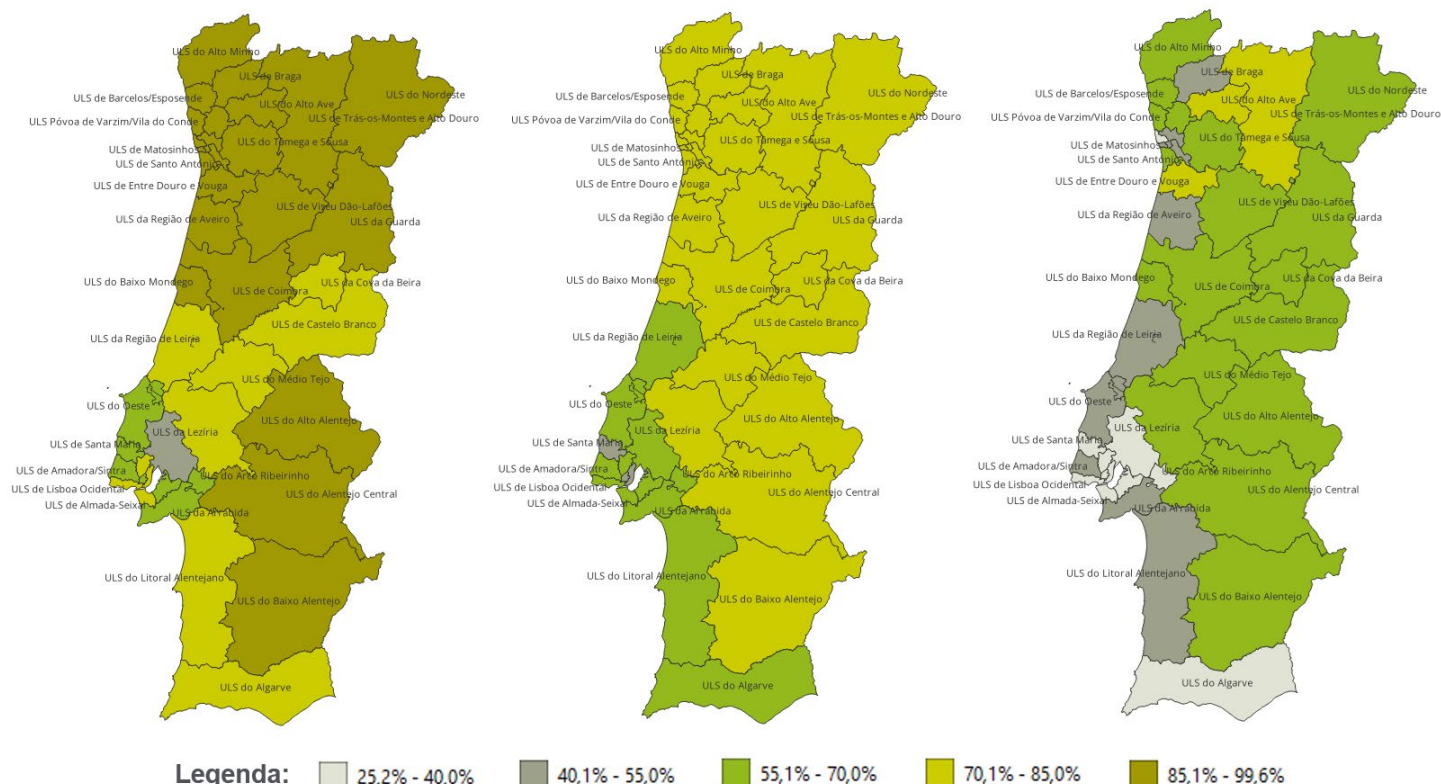


A análise por área de CSP das ULS permite constatar que todas as ULS situadas na região de saúde do Norte têm médias de utentes com médico de família atribuído superiores a 90%, e que as ULS com médias mais baixas (abaixo de 70%) se encontram todas na região de saúde de Lisboa e Vale do Tejo (figura 1).

Figura 1¹² – Percentagem de utentes inscritos com médico de família no total de utentes inscritos, por ULS (área de CSP)

Figura 2 – Taxa de utilização anual de consultas médicas (todos os utentes), por ULS (área de CSP)

Figura 3 – Taxa de utilização anual de consultas médicas, por utentes sem médico de família, por ULS (área de CSP)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

Do confronto das percentagens de utentes com médicos de família com as taxas de utilização de consultas, destaca-se que, tendencialmente, nas ULS onde existe uma maior percentagem de utentes com médico de família, as taxas de

¹² A figura 1 ilustra a percentagem média de utentes inscritos com médico de família, no ano de 2024, em cada ULS (área de CSP).



utilização de consultas são mais altas, o que sugere que a disponibilidade de médico de família representa um importante fator promotor do acesso aos CSP no SNS (figuras 1 a 3), sugestão reforçada pelas taxas mais baixas de utilização de consultas por utentes sem médico de família nas ULS com menores percentagens de utentes com médico de família atribuído.



3. Consultas médicas e de enfermagem

Neste capítulo é efetuada uma apreciação da utilização das consultas médicas e de enfermagem, enquanto cuidados de saúde prestados mais frequentemente nos CSP, distinguindo entre consultas presenciais, não presenciais e domiciliárias.¹³

Em 2024, o número de consultas médicas presenciais realizadas aumentou 6,2%, comparativamente com o ano anterior, mantendo a tendência de crescimento, com um aumento adicional de 2,6 pontos percentuais (p.p.) face a 2023, e consolidando a evolução registada desde 2022 (tabela 4).

Tabela 4 – Evolução das consultas médicas presenciais

Ano	N.º Consultas	Δ	
2021	14.557.007		
2022	17.271.186	↑	18,6%
2023	17.903.418	↑	3,6%
2024	18.994.655	↑	6,2%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

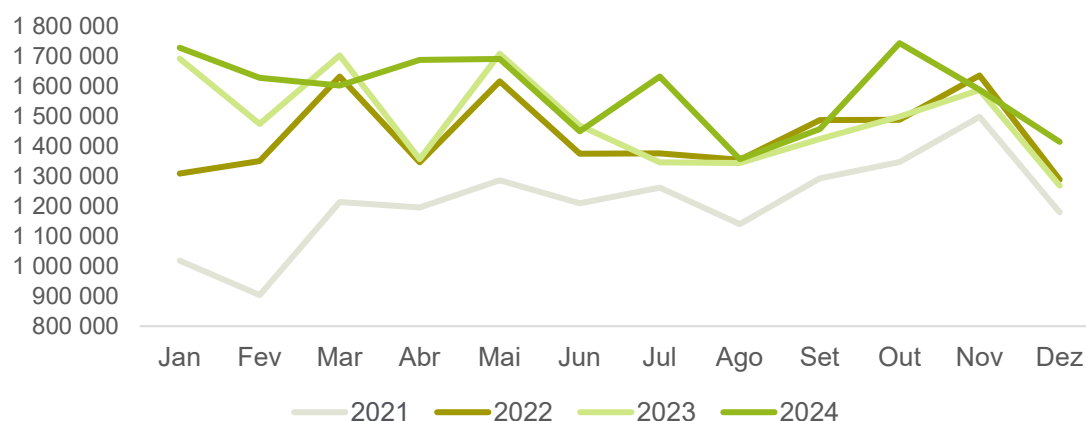
Embora se tenha vindo a assistir a um aumento destas consultas desde 2021 (gráfico 2), o número de consultas médicas presenciais realizadas continuou abaixo dos valores registados no ano anterior à pandemia de COVID-19 (20.715.482 consultas médicas presenciais, em 2019).

¹³ Importa notar que a informação aqui apresentada não é comparável com a das anteriores informações de monitorização sobre acesso a cuidados de saúde primários, publicadas pela ERS em 2022, 2023 e 2024, na medida em que os dados do portal da transparência sofreram recentemente atualizações face às anteriores recolhas de dados, não apenas no que se refere aos valores reportados, como também na forma de registo dos dados. Por exemplo, aparece, pela primeira vez, a categoria "não especificada" na região de saúde, cujos valores não foram considerados nas análises ora apresentadas.



Relativamente à evolução das consultas médicas presenciais ao longo de 2024, destaca-se o aumento observado no mês de outubro, e a diminuição acentuada nos meses de novembro e dezembro (gráfico 2).

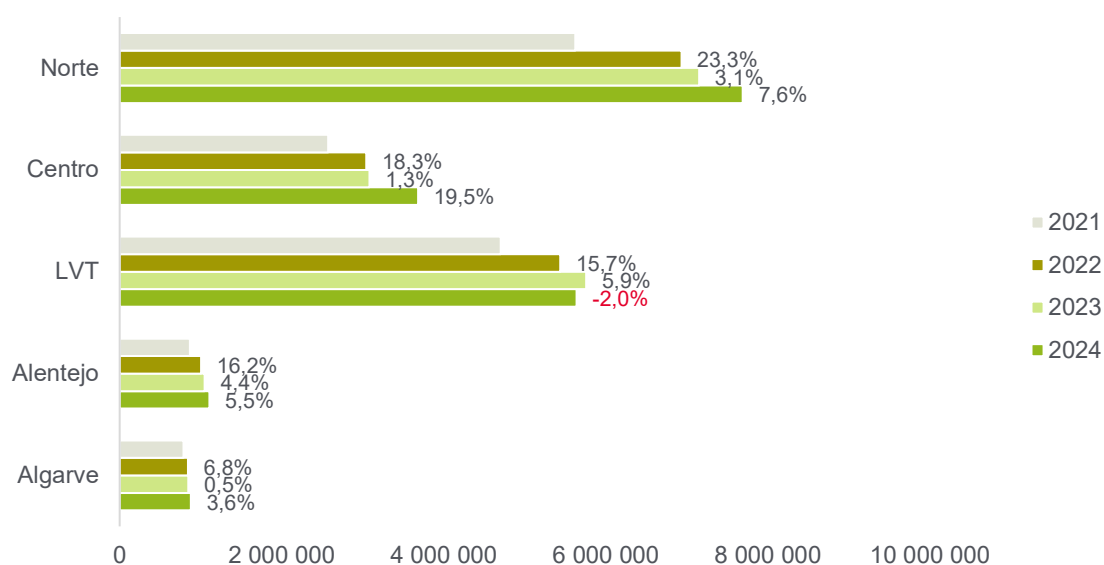
Gráfico 2 – Evolução mensal das consultas médicas presenciais



Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

A nível regional, a região de saúde de Lisboa e Vale do Tejo foi a única que registou uma descida neste indicador em 2024 (gráfico 3).

Gráfico 3 – Evolução das consultas médicas presenciais, por região de saúde



Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.



Relativamente às consultas de enfermagem presenciais, verificou-se um aumento de 10,1% no número de consultas realizadas em 2024, face a 2023, que contrasta com as diminuições observadas em 2022 e 2023(tabela 5).

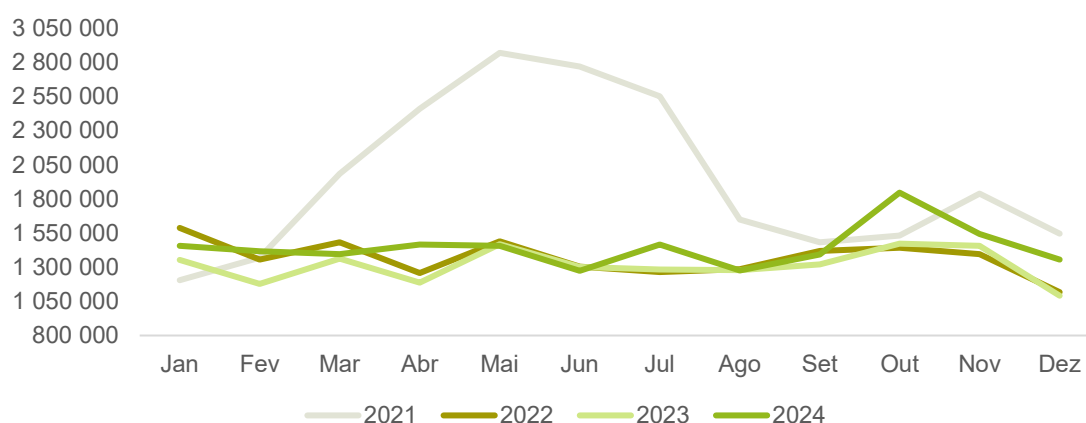
Tabela 5 – Evolução das consultas de enfermagem presenciais

Ano	N.º Consultas	Δ	
2021	23.264.516	-	
2022	16.407.141	↓	-29,5%
2023	15.760.332	↓	-3,9%
2024	17.353.277	↑	10,1%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

A evolução das consultas de enfermagem presenciais em 2024 apresentou um padrão relativamente estável ao longo do ano (gráfico 4), com destaque para o aumento acentuado registado em outubro. Em comparação com anos anteriores, em 2024 observou-se uma recuperação da atividade em relação a 2023, que, no entanto, não foi suficiente para atingir o nível de atividade registada em 2021.

Gráfico 4 – Evolução mensal das consultas de enfermagem presenciais

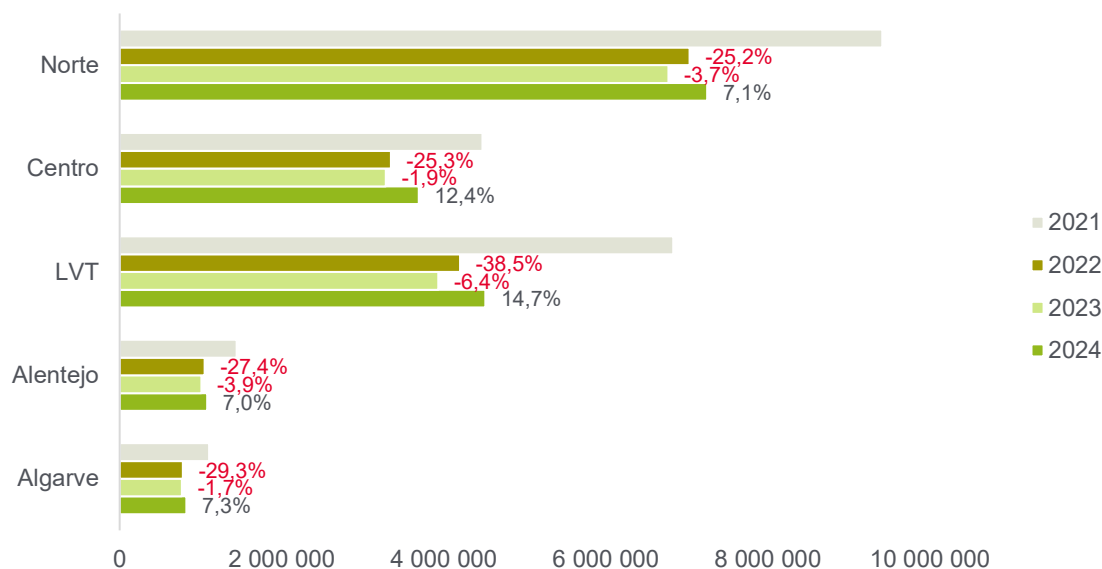


Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.



Em termos regionais, a região de saúde de Lisboa e Vale do Tejo continuou a exibir as maiores variações ao longo dos anos analisados (gráfico 5).

Gráfico 5 – Evolução das consultas de enfermagem presenciais, por região de saúde



Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

As consultas médicas não presenciais registaram uma diminuição de 1,2% em 2024 face a 2023, mantendo a tendência decrescente observada desde 2022 (tabela 6).

Tabela 6 – Evolução das consultas médicas não presenciais

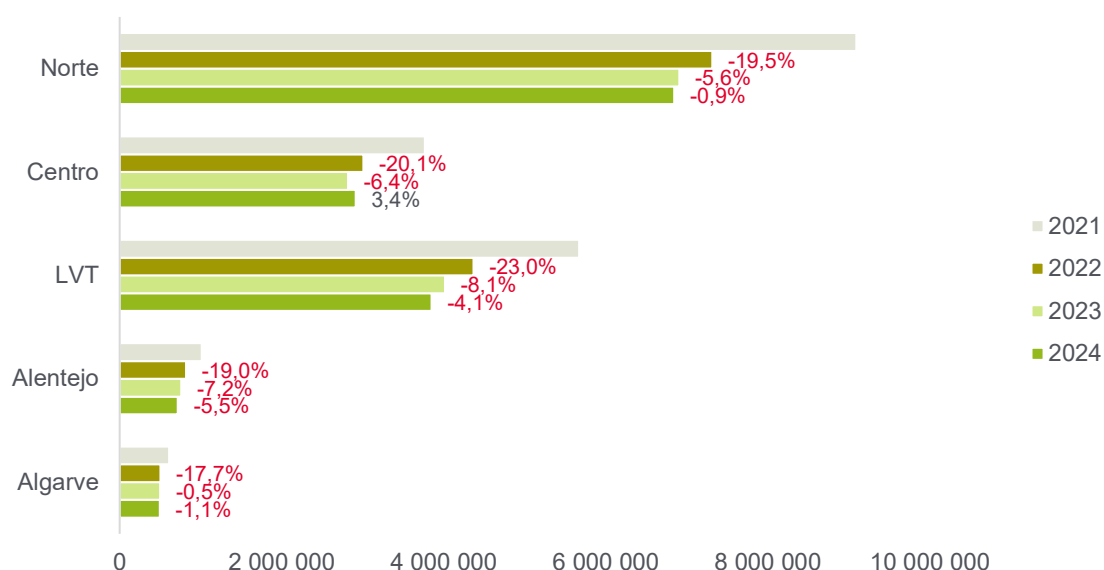
Ano	N.º Consultas	Δ
2021	20.150.174	
2022	16.014.954	↓ -20,5%
2023	14.996.986	↓ -6,4%
2024	14.818.765	↓ -1,2%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 2/01/2025.



Em termos regionais, as maiores reduções no número de consultas médicas não presenciais ocorreram no Alentejo (-5,5%) e em Lisboa e Vale do Tejo (-4,1%) (gráfico 6). Por outro lado, destaca-se o aumento observado na atividade realizada na região de saúde do Centro.

Gráfico 6 – Evolução das consultas médicas não presenciais, por região de saúde

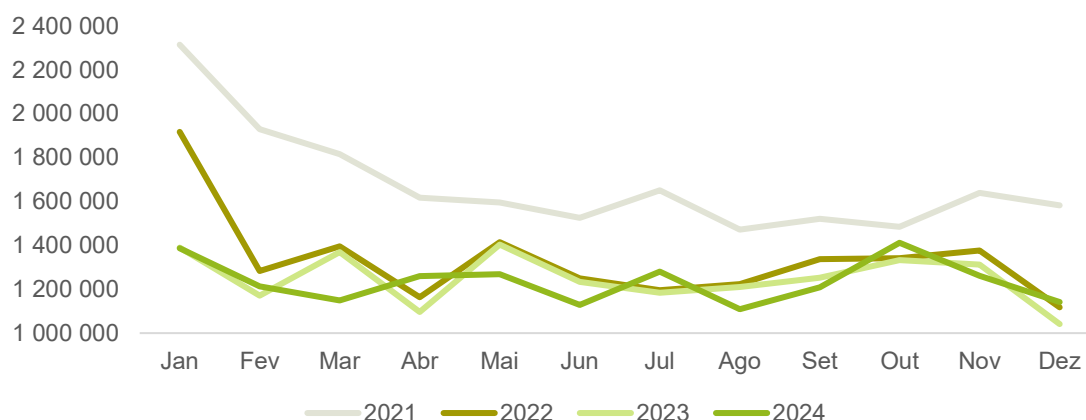


Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

A evolução das consultas médicas presenciais em 2024 seguiu um padrão semelhante ao dos anos anteriores, com a atividade a registar um aumento no mês de outubro (gráfico 7).



Gráfico 7 – Evolução mensal das consultas médicas não presenciais



Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

Por sua vez, as consultas de enfermagem não presenciais apresentaram uma redução de 4,0% em 2024, contrariando o aumento registado no ano anterior (tabela 7).

Tabela 7 – Evolução das consultas de enfermagem não presenciais

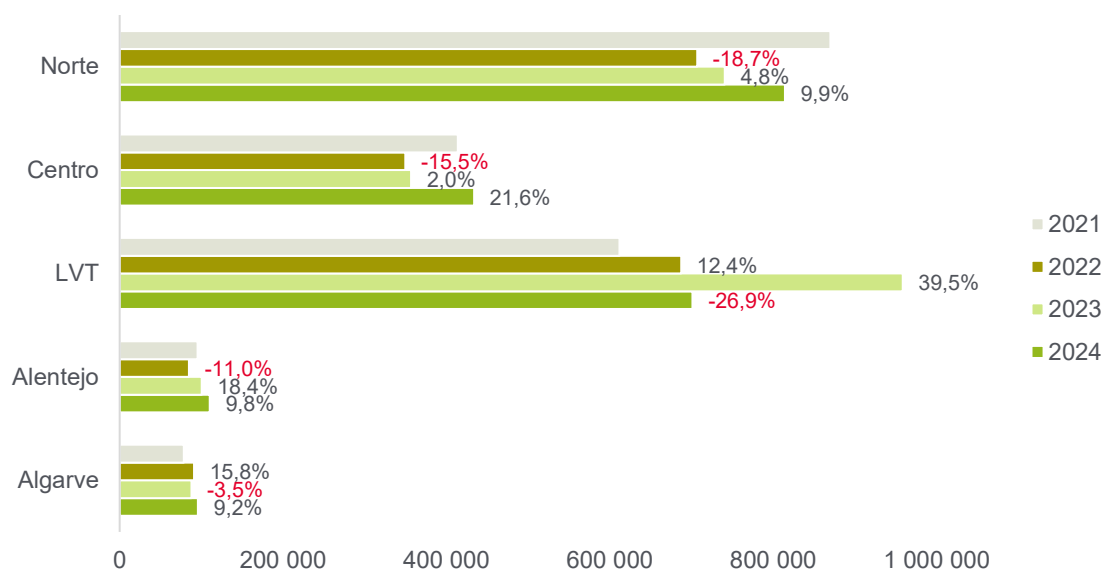
Ano	N.º Consultas	Δ
2021	2 068 909	
2022	1 919 570	↓ -7,2%
2023	2 244 175	↑ 16,9%
2024	2 154 998	↓ -4,0%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

Neste indicador, a região de saúde de Lisboa e Vale do Tejo registou a maior redução no número de consultas de enfermagem não presenciais realizadas, (26,9% face a 2023) (gráfico 8).



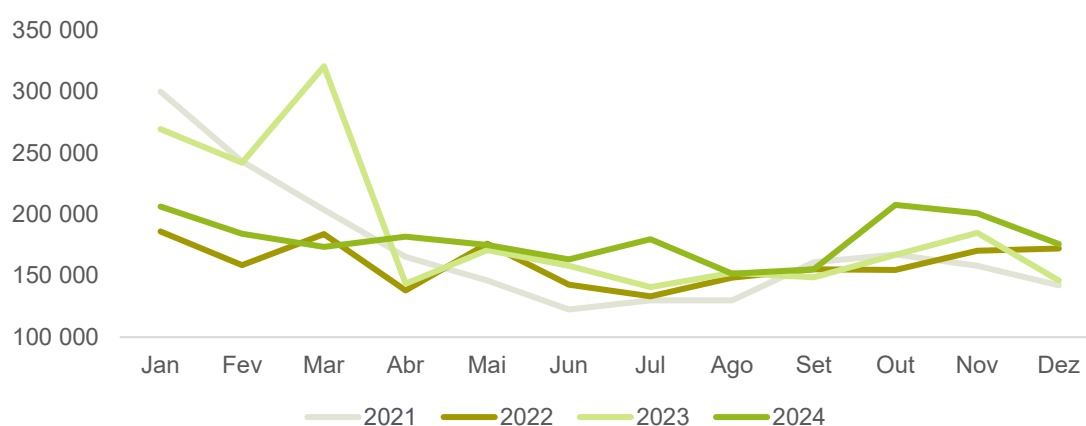
Gráfico 8 – Evolução das consultas de enfermagem não presenciais, por região de saúde



Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

Relativamente à evolução das consultas de enfermagem não presenciais em 2024, destaca-se a diminuição nos primeiros meses do ano e os aumentos observados em outubro e novembro (gráfico 9).

Gráfico 9 – Evolução das consultas de enfermagem não presenciais, por mês



Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.



A análise global destes dois indicadores sugere um reforço das consultas presenciais, tanto médicas como de enfermagem, e uma redução das consultas não presenciais em ambas as categorias.

No que concerne às consultas médicas ao domicílio, observou-se que seguiram a tendência das consultas médicas presenciais, com um aumento, em 2024, de 19,7% em relação ao ano anterior, e, em 2023, de 7,4% face a 2022 (tabela 8).

Tabela 8 – Evolução das consultas médicas ao domicílio

Ano	N.º Consultas	Δ	
2021	165.611		
2022	169.906	↑	2,6%
2023	182.535	↑	7,4%
2024	218.413	↑	19,7%

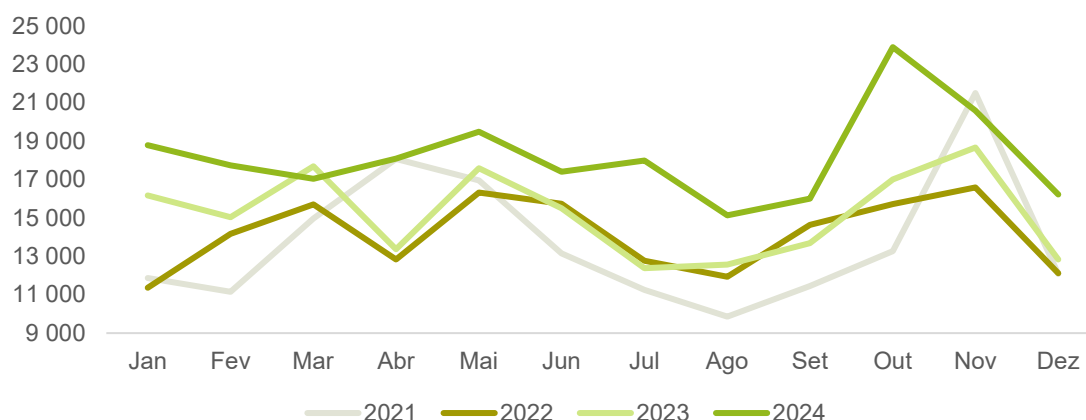
Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

Importa referir que, em 2024, pela primeira vez desde 2020, o número de consultas médicas ao domicílio superou o registado em 2019, ano em que se realizaram 197.737 consultas.

A evolução das consultas médicas ao domicílio realizadas em 2024 registou uma tendência de maior procura ao longo do ano em relação a 2023, e exibiu um aumento expressivo em outubro (gráfico 10).



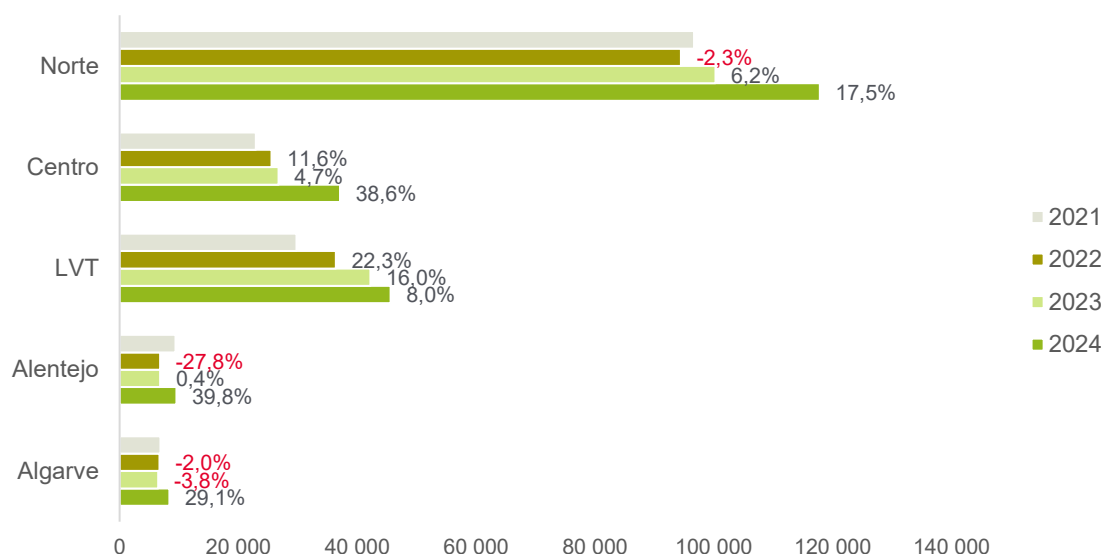
Gráfico 10 – Evolução das consultas médicas ao domicílio, por mês



Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

Destacam-se ainda as diferenças no aumento de consultas médicas ao domicílio registadas entre as diferentes regiões de saúde. Em 2024, as regiões do Alentejo e Centro apresentaram os maiores crescimentos, com valores superiores a 38%. O Algarve exibiu um aumento de 29,1%, seguido da região Norte, com 19,1%, enquanto Lisboa e Vale do Tejo teve um crescimento de 8,0%, face ao ano anterior (gráfico 11).

Gráfico 11 – Evolução das consultas médicas ao domicílio, por região de saúde



Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.



O número de consultas médicas não programadas de população com idade igual ou superior a 65 anos diminuiu em 2024 (33,5% face ao ano anterior), tendo também diminuído no ano transato – 20,0% em 2023 face a 2022 (tabela 9).

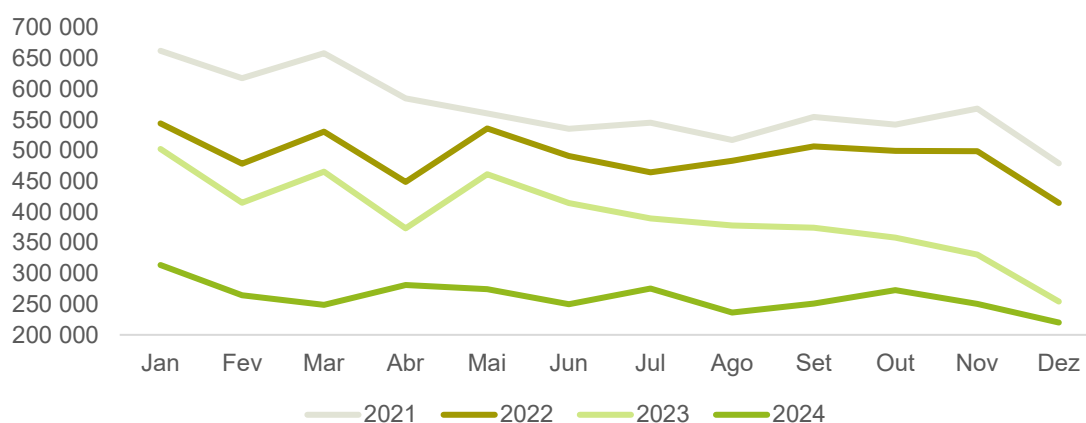
Tabela 9 – Evolução das consultas médicas não programadas ≥ 65 anos

Ano	N.º Consultas	Δ
2021	6.827.191	
2022	5.898.365	↓ 13,6%
2023	4.718.269	↓ 20,0%
2024	3.138.311	↓ 33,5%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

Importa ainda referir que 2024 registou o valor mais baixo destas consultas, desde 2019 (gráfico 12).

Gráfico 12 – Evolução das consultas médicas não programadas ≥ 65 anos, por mês

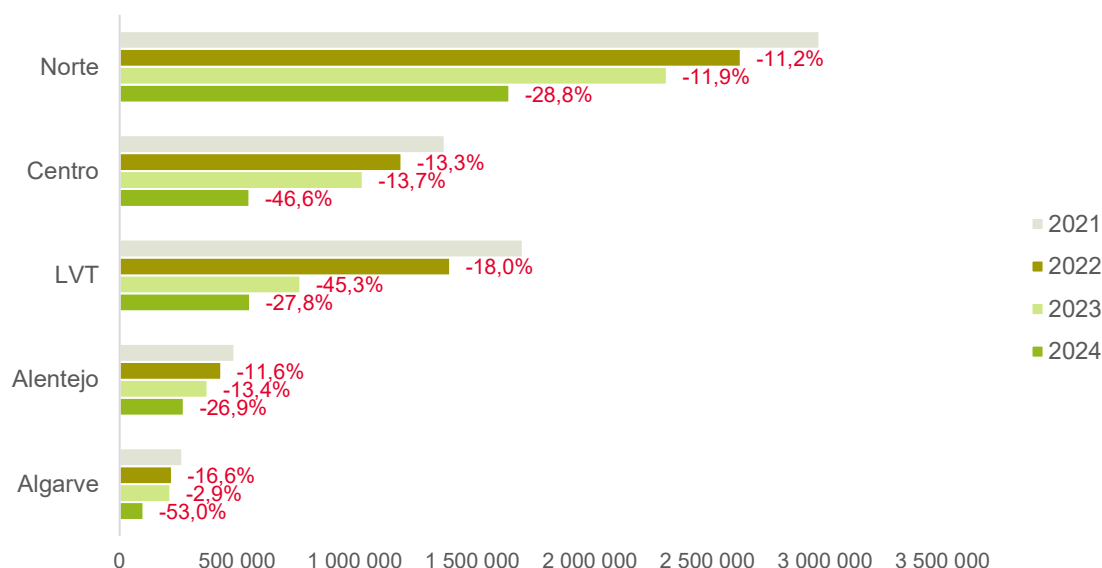


Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

Por outro lado, foi possível constatar que a tendência na diminuição deste indicador tem sido transversal a todas as regiões de saúde (gráfico 13).



Gráfico 13 – Evolução das consultas médicas não programadas ≥ 65 anos, por região de saúde



Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

Quanto às consultas por motivo de gripe, o número total de consultas realizadas aumentou 48,2% em 2024, face a 2023 (tabela 10).

Tabela 10 – Evolução das consultas por motivo de gripe

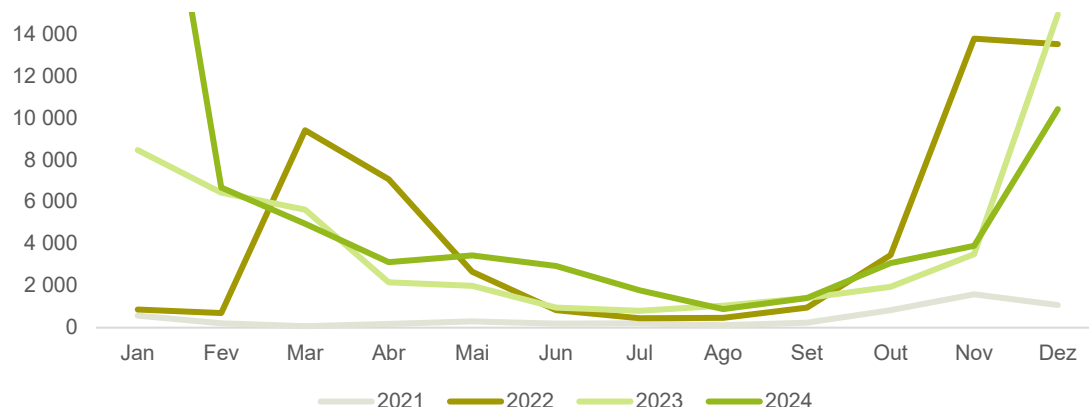
Ano	N.º Consultas	Δ
2021	5.596	
2022	54.192	↑ 868,4%
2023	49.287	↓ -9,1%
2024	73.029	↑ 48,2%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

A evolução das consultas por gripe em 2024 seguiu um padrão esperado, com um aumento de consultas realizadas nos meses de inverno, com destaque para os meses de janeiro, fevereiro e dezembro, e redução na primavera e verão, nomeadamente entre junho e agosto (gráfico 14).



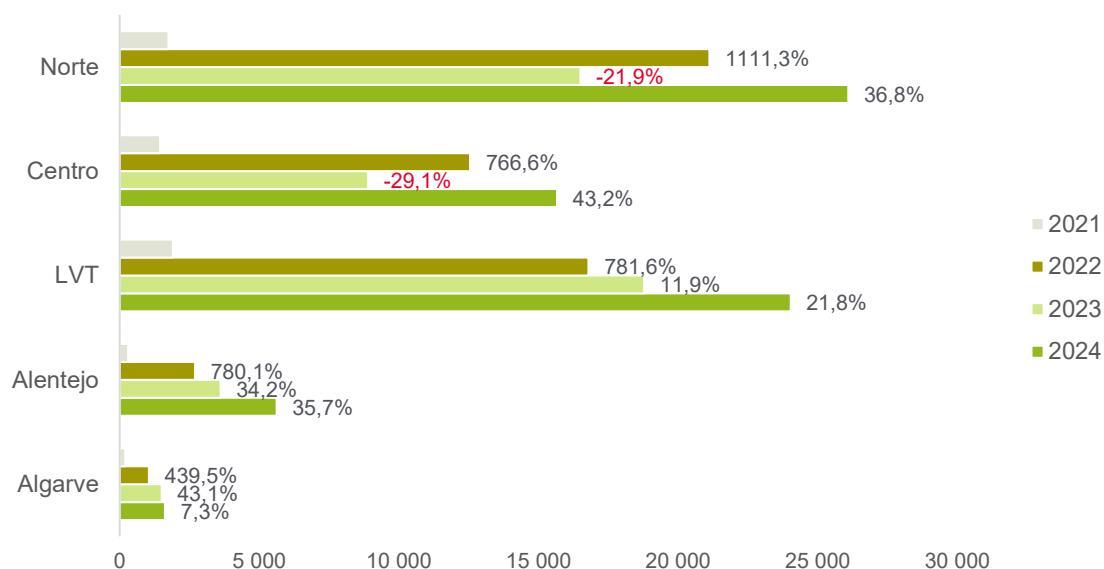
Gráfico 14 – Evolução das consultas por motivo de gripe, por mês



Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

Em 2024 todas as regiões de saúde seguiram a tendência de crescimento neste indicador, com destaque para as regiões do Centro, Norte e Alentejo, que registaram os maiores aumentos, de 43,2%, 36,8% e 35,7%, respetivamente (gráfico 15).

Gráfico 15 – Evolução das consultas por motivo de gripe, por região de saúde



Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.



4. Acompanhamento do utente com doença crónica

A monitorização do acompanhamento de utentes com doença crónica foi feita através da análise do indicador que mede o número de utentes diagnosticados com diabetes que realizaram exame dos pés em cada um dos anos.

De acordo com o Relatório do *Programa Nacional Para a Diabetes: Desafios e Estratégias 2024*¹⁴, “[n]o final do ano de 2023, estavam registadas 911.873 pessoas com Diabetes, correspondendo a 8,6% dos utentes inscritos, ao nível dos CSP, em Portugal Continental.” O mesmo documento dá conta de que se mantinha uma tendência crescente verificada nos últimos anos, quer em número absoluto, quer em termos percentuais. Por sua vez, o preâmbulo do Despacho n.º 3390/2025, de 17 de março, que determina a atualização da estrutura de governação do Programa Nacional para a Diabetes (PND) e o funcionamento das consultas de diabetes, reporta que “[e]m Portugal, em dezembro de 2024, estavam registadas mais de 930.000 pessoas com diagnóstico de diabetes nos cuidados de saúde primários (CSP)”, o que significa que a tendência de crescimento persistia no final do ano passado.

Da análise da informação constante no portal da transparência, foi possível concluir que o número de utentes inscritos com diabetes com exame dos pés realizado tem também vindo a aumentar sistematicamente ao longo dos últimos anos (tabela 11).

Tabela 11 – Utentes inscritos com diabetes com exame dos pés realizado no ano

Ano	N.º Utentes	Δ	
2021	529.845		
2022	648.822	↑	22,5%
2023	707.078	↑	9,0%
2024	773.522	↑	9,4%

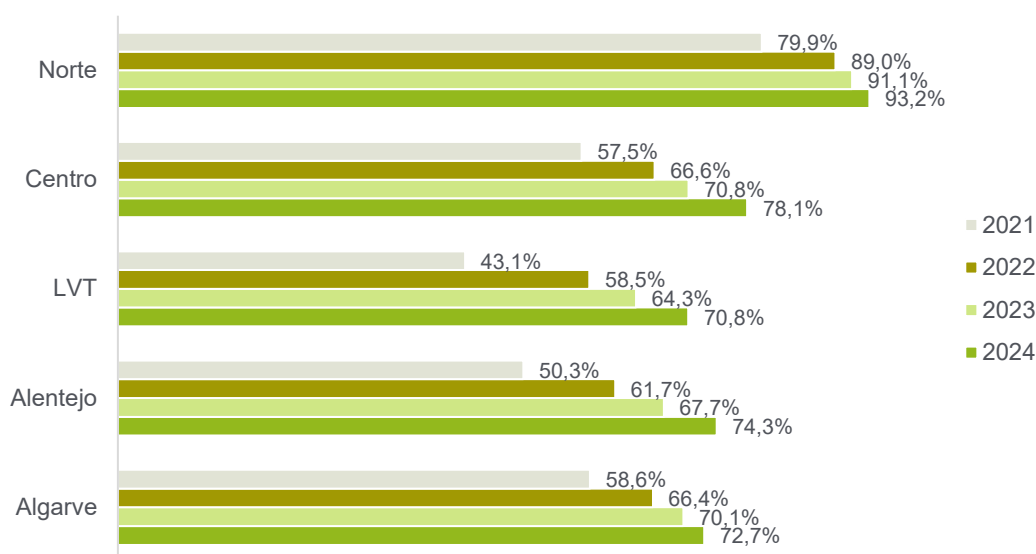
Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

¹⁴ Consultado a 24/03/2025, em <https://www.dgs.pt/em-destaque/75661-novos-casos-de-diabetes-em-2023-pdf.aspx>.



A análise do gráfico 16 permitiu também verificar que esta variação positiva se tem verificado em todas as regiões de saúde (gráfico 16).

Gráfico 16 – Evolução da percentagem de diabéticos com exame dos pés realizado no último ano, por região de saúde



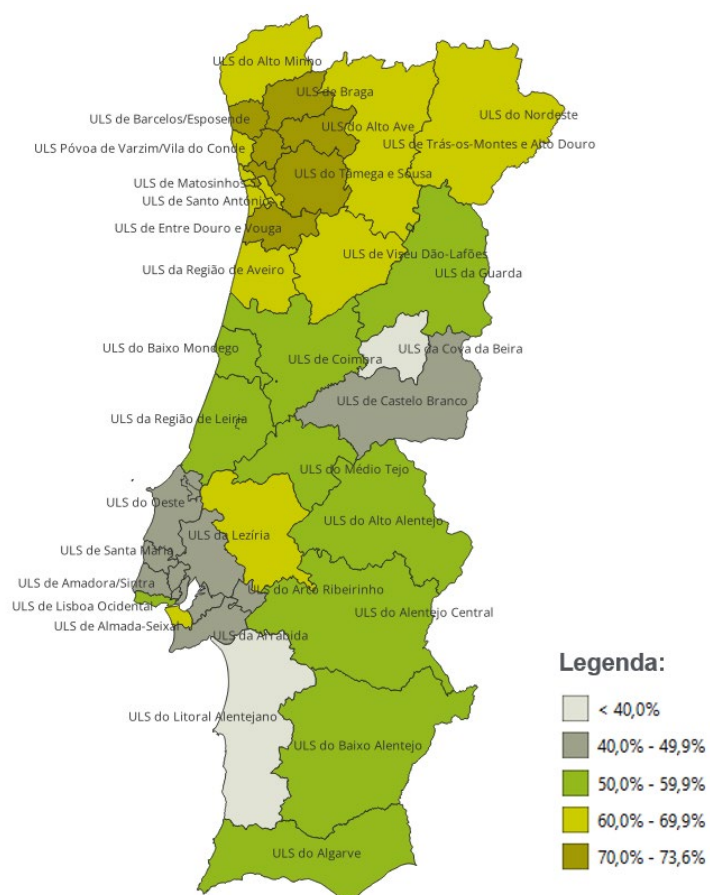
Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

De referir que a média da percentagem de diabéticos com exame dos pés realizado no último ano foi globalmente superior nas ULS situadas na região de saúde do Norte (figura 4)¹⁵.

¹⁵ A figura 4 ilustra, para cada ULS (área de CSP), a média da percentagem de diabéticos com exame dos pés realizado em 2024.



Figura 4 – Percentagem de diabéticos com exame dos pés realizado no último ano, por ULS (área de CSP)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.



5. Vigilância a grupos de risco

No âmbito da vigilância a grupos de risco, foram analisados indicadores relativos à vigilância do recém-nascido e aos rastreios de doenças oncológicas de base populacional.

No que respeita à vigilância do recém-nascido, estudaram-se dois indicadores: recém-nascidos com pelo menos uma consulta médica de vigilância nos primeiros 28 dias de vida, e recém-nascidos com pelo menos um domicílio de enfermagem durante os primeiros 15 dias de vida.

De acordo com o portal da transparência, em 2024 houve menos nascimentos do que no ano anterior (-0,29%). Foi possível constatar que se manteve a tendência de diminuição na percentagem de recém-nascidos com pelo menos uma consulta médica até aos primeiros 28 dias de vida, diminuição um pouco mais acentuada em 2024 do que nos anos anteriores (tabela 12).

Tabela 12 – Percentagem de recém-nascidos com consulta médica de vigilância nos primeiros 28 dias

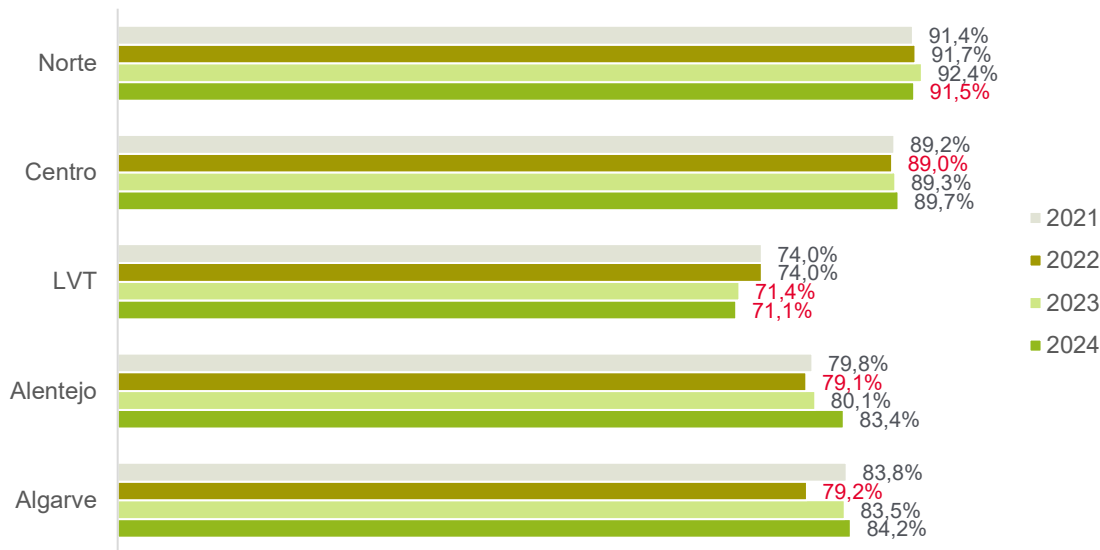
Ano	N.º nascimentos	% recém-nascidos com consulta	Δ	
2021	56.684	85,0%		
2022	55.512 (-2,07%)	84,8%	↓	-0,2 p.p.
2023	56.203 (+1,24%)	84,8%	=	0,0 p.p.
2024	56.041 (-0,29%)	83,8%	↓	-1,0 p.p.

Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

Em todos anos em análise, a região de saúde de Lisboa e Vale do Tejo apresentou as percentagens mais baixas neste indicador, e a região de saúde do Norte as mais elevadas (gráfico 17).



Gráfico 17 – Evolução da percentagem de recém-nascidos com consulta médica até aos 28 dias de vida, por região de saúde



Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

Já a percentagem de recém-nascidos com pelo menos um domicílio de enfermagem até aos primeiros 15 dias de vida apresentou, em 2024, uma tendência contrária à verificada nos anos anteriores, com uma diminuição de 3,9 p.p. em relação a 2023 (tabela 13).

Tabela 13 – Percentagem de recém-nascidos com domicílio de enfermagem até aos 15 dias de vida

Ano	% recém-nascidos	Δ	
2021	25,9%		
2022	29,4%	↑	3,6 p.p.
2023	30,9%	↑	1,4 p.p.
2024	27,0%	↓	-3,9 p.p.

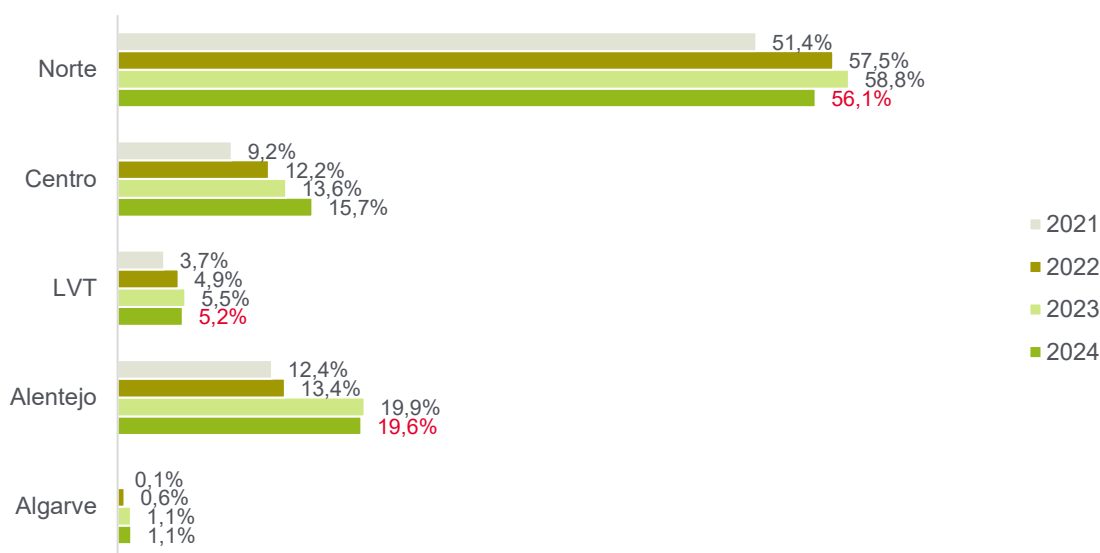
Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

Para todos os anos em análise, as percentagens mais elevadas surgem na região de saúde do Norte, onde se verificou uma descida de 2,7 p.p., enquanto



a região do Algarve apresenta, neste indicador, as percentagens mais baixas (gráfico 18).

Gráfico 18 – Evolução da percentagem de recém-nascidos com domicílio de enfermagem até aos 15 dias de vida, por região de saúde



Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

Na análise comparativa por área de CSP das ULS, foi desde logo possível observar a existência de uma grande discrepância de valores entre estes dois indicadores (figuras 5 e 6), com percentagens muito superiores de recém-nascidos com consulta médica nos primeiros 28 dias em relação aos domicílios de enfermagem nos primeiros 15 dias.

Foi também possível constatar que, no ano de 2024, as áreas de CSP das ULS localizadas na região de saúde do Norte apresentaram as percentagens médias mais altas, tanto de recém-nascidos com consulta médica até aos 28 dias de vida, como de recém-nascidos com pelo menos um domicílio de enfermagem até aos 15 dias de vida. A análise à percentagem média de recém-nascidos com pelo menos um domicílio de enfermagem até aos 15 dias de vida demonstrou que a grande maioria das ULS integradas nas restantes regiões de saúde apresentaram percentagens de acesso a estes cuidados inferiores a 40%.



Figura 5 – Percentagem de recém-nascidos com consulta médica até aos 28 dias de vida, por ULS (área CSP)¹⁶

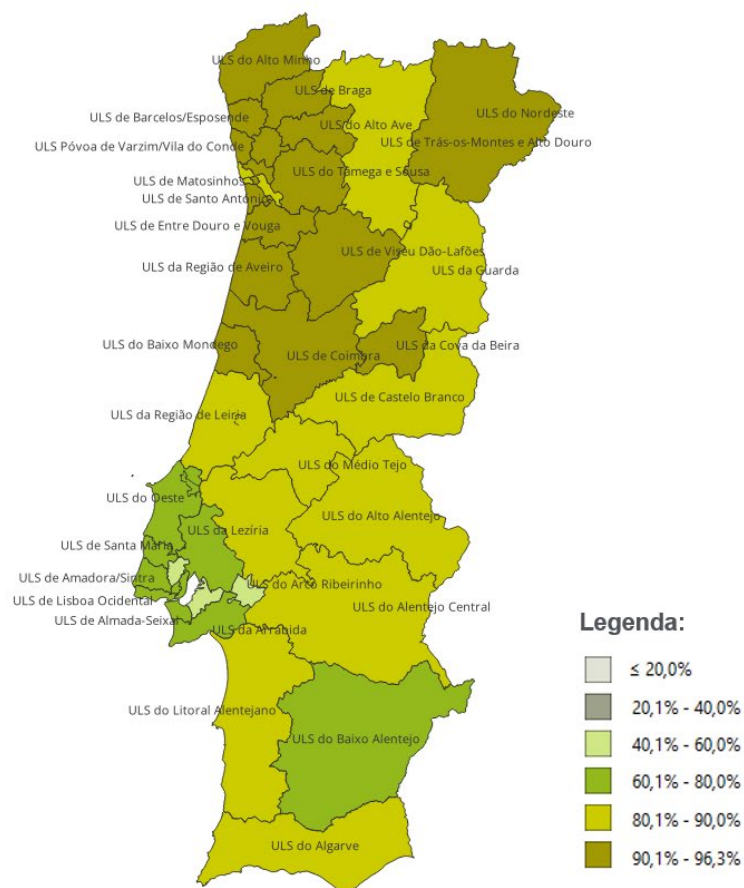
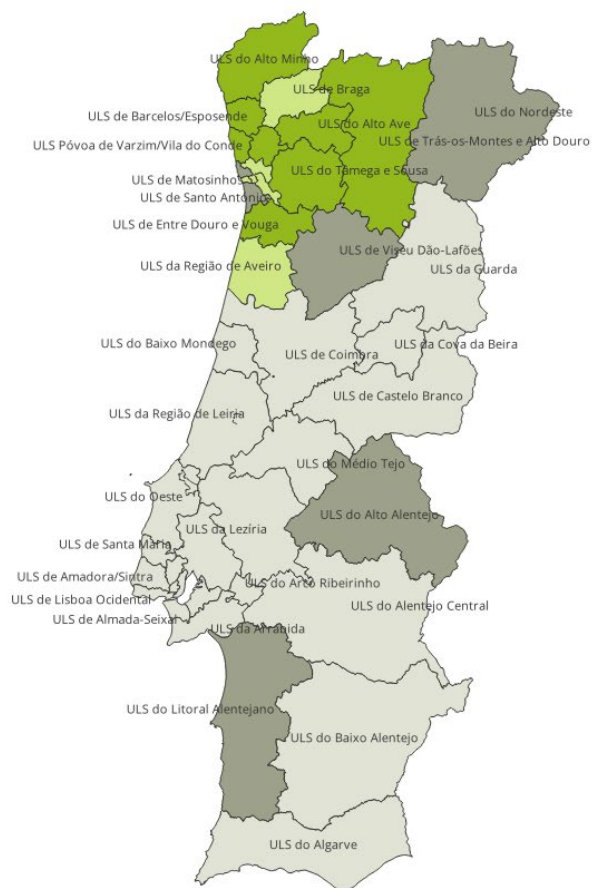


Figura 6 – Percentagem de recém-nascidos com domicílio de enfermagem até aos 15 dias de vida, por ULS (área CSP)¹⁷



Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

Ainda no âmbito da vigilância a grupos de risco, agora no que respeita aos rastreios para diagnóstico precoce da doença oncológica nos estabelecimentos

¹⁶ A figura 5 ilustra, para cada ULS (área de CSP), a média das percentagens mensais, em 2024, de recém-nascidos com consulta médica até aos 28 dias de vida.

¹⁷ A figura 6 ilustra, para cada ULS (área de CSP), a média das percentagens mensais, em 2024, de recém-nascidos com domicílio de enfermagem até aos 15 dias de vida.



prestadores de CSP, foram analisados os indicadores de realização de mamografias, de colpocitologias e de rastreios do cancro do cólon e reto¹⁸.

No ano de 2024 observou-se um ligeiro aumento (0,1%) no número de mulheres entre os 50 e os 69 anos de idade¹⁹ com registo de mamografia realizada nos últimos dois anos (tabela 14).

Tabela 14 – Mulheres com registo de mamografia nos últimos dois anos

Ano	N.º mulheres		Δ
2021	708.045		
2022	897.615	↑	26,8%
2023	891.312	↓	-0,7%
2024	892.180	↑	0,1%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

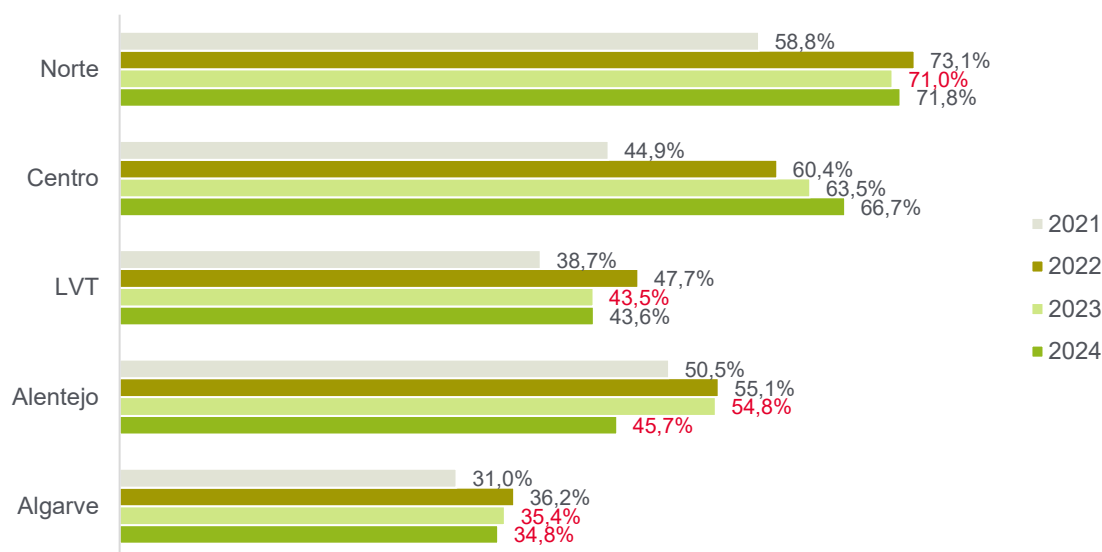
Os valores mais baixos neste indicador, em todos os anos analisados, registaram-se nas regiões de saúde do Algarve e de Lisboa e Vale do Tejo, e os mais elevados nas regiões do Norte e Centro, sendo certo que se verificaram aumentos em todas as regiões, exceto no Alentejo e no Algarve (gráfico 19).

¹⁸ Rastreios previstos no Despacho n.º 8254/2017, de 21 de setembro.

¹⁹ A Norma DGS N.º 012/2024, de 06/12/2024, relativa ao programa de rastreio de base populacional do Cancro da Mama (disponível em <https://www.dgs.pt/normas-orientacoes-e-informacoes/normas-e-circulares-normativas/norma-122024-de-06122024-programa-de-rastreio-de-base-populacional-do-cancro-da-mama-pdf.aspx>, consultada a 19/02/2025), seguindo as *guidelines* europeias (Recomendação do Conselho de 9 de dezembro de 2022 sobre o reforço da prevenção através da deteção precoce: uma nova abordagem da UE para o rastreio do cancro, disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32022H1213\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32022H1213(01)), consultada a 19/02/2025), institui a alteração do intervalo de idades para realização deste rastreio, passando a abranger mulheres entre os 45 e os 74 anos de idade. Uma vez que os dados recolhidos são, maioritariamente, anteriores à data de publicação da norma, a informação aqui apresentada ainda não reflete essa alteração.



Gráfico 19 – Evolução da percentagem de mulheres, entre os 50 e os 69 anos de idade, com mamografia realizada nos últimos 2 anos, por região de saúde



Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

No que respeita ao número de mulheres entre os 25 e os 60 anos de idade²⁰ com colpocitologia, no ano de 2024 manteve-se a tendência de subida em relação aos anos anteriores, apesar de menos acentuada neste ano (6,83%) (tabela 15).

²⁰ A Norma DGS N.º 09/2024 de 17/10/2024, relativa ao Programa de rastreio de base populacional do Cancro do Colo do Útero (disponível em <https://www.dgs.pt/normas-orientacoes-e-informacoes/normas-e-circulares-normativas/norma-092024-de-17102024-programa-de-rastreio-de-base-populacional-do-cancro-do-colo-do-utero1.aspx>, consultada a 19/02/2025), seguindo as *guidelines* europeias (Recomendação do Conselho de 9 de dezembro de 2022 sobre o reforço da prevenção através da deteção precoce: uma nova abordagem da UE para o rastreio do cancro, disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32022H1213\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32022H1213(01)), consultada a 19/02/2025), institui a alteração do intervalo de idades para realização deste rastreio, passando a abranger mulheres entre os 30 e os 69 anos de idade. Uma vez que os dados recolhidos são, maioritariamente, anteriores à data de publicação da norma, a informação aqui apresentada ainda não reflete essa alteração.



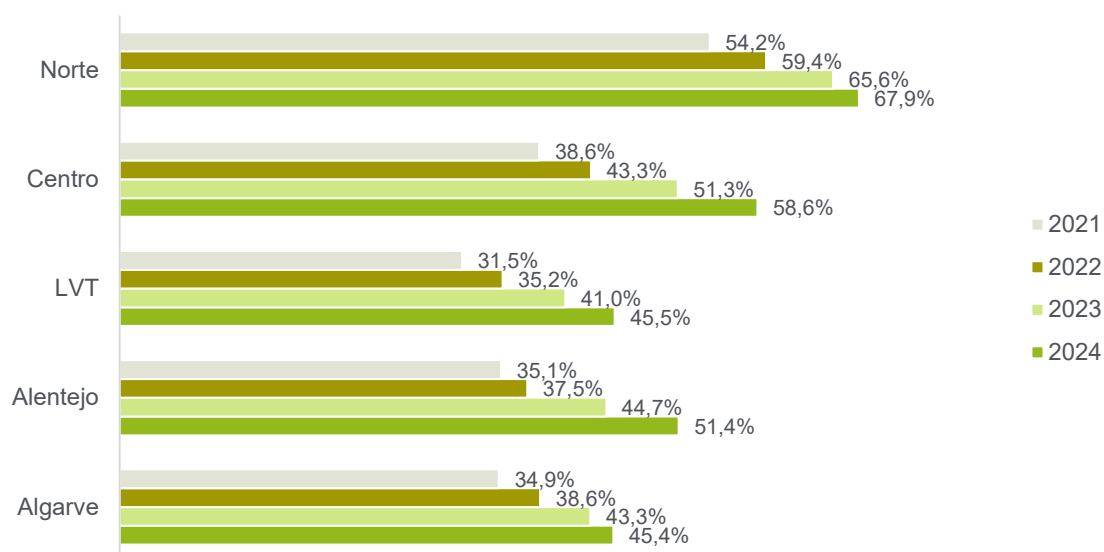
Tabela 15 – Mulheres com colpocitologia atualizada

Ano	N.º mulheres	Δ	
2021	1.055.961		
2022	1.211.257	↑	14,7%
2023	1.375.400	↑	13,6%
2024	1.469.353	↑	6,8%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

Uma vez mais, a região de saúde do Norte apresentou os valores percentuais mais elevados, e as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve os mais baixos (gráfico 20).

Gráfico 20 – Evolução da percentagem de mulheres, entre os 25 e os 60 anos de idade, com colpocitologia atualizada, por região de saúde



Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

Quanto ao rastreio do cancro do cólon e reto, em 2024 manteve-se a tendência de crescimento nos valores deste indicador, com um aumento de 5,4%, face a



2023, no número de utentes com idades compreendidas entre os 50 e os 74 anos com rastreio realizado (tabela 16).

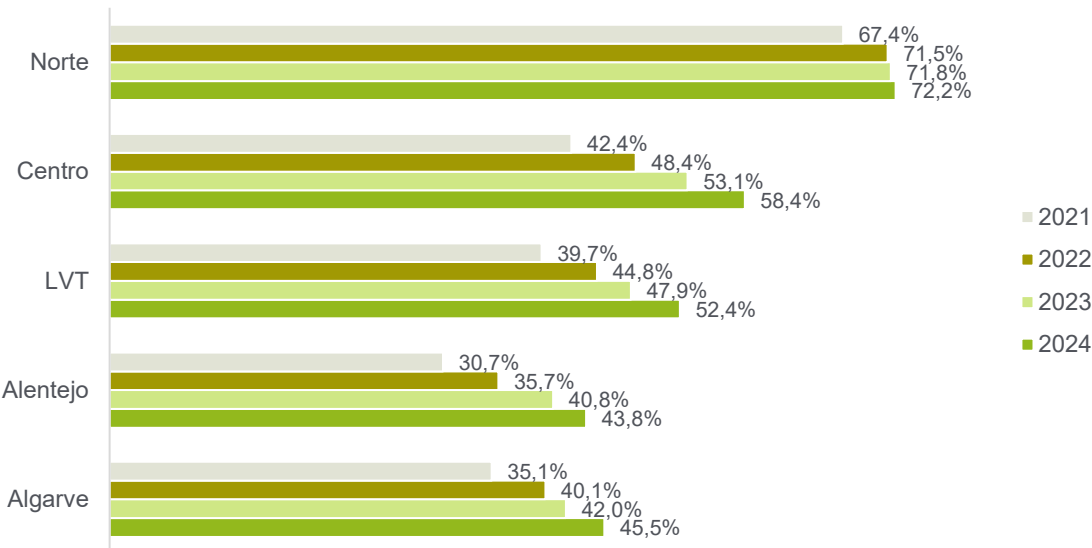
Tabela 16 – Utentes inscritos com rastreio do cancro do cólon e reto efetuado

Ano	N.º utentes	Δ	
2021	1.706.898		
2022	1.904.392	↑	11,6%
2023	2.001.670	↑	5,1%
2024	2.109.691	↑	5,4%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.

Esta tendência foi transversal a todas as regiões de saúde (gráfico 21), com a região de saúde do Norte, uma vez mais, a apresentar as percentagens mais elevadas neste indicador, e a região de saúde Alentejo as percentagens mais baixas.

Gráfico 21 – Evolução da percentagem de utentes, entre os 50 e os 74 anos de idade, com rastreio do cancro do cólon e reto efetuado, por região de saúde



Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.



A análise das figuras 7 a 9 permite constatar que as ULS (área de CSP) situadas na região do Norte apresentam, no global, melhor desempenho médio nos três indicadores.

Figura 7 – Percentagem de mulheres, entre os 50 e os 69 anos de idade, com mamografia realizada nos últimos 2 anos, por ULS (área CSP)

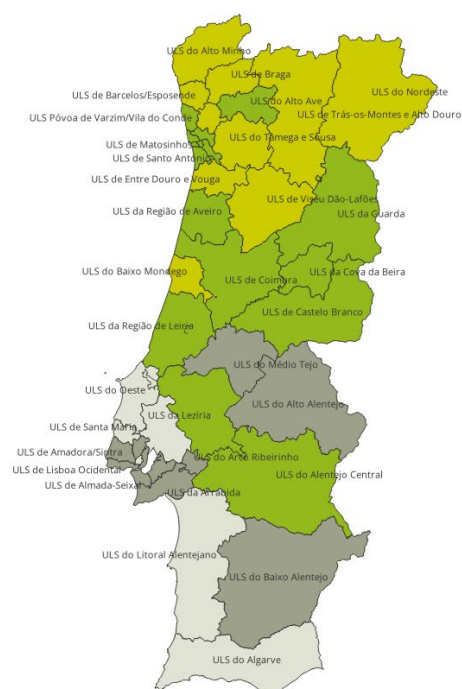


Figura 8 – Percentagem de mulheres, entre os 25 e os 60 anos de idade, com colpocitologia atualizada, por ULS (área CSP)

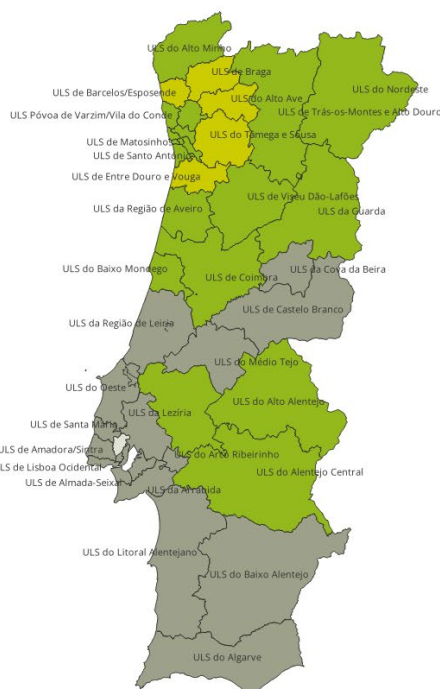
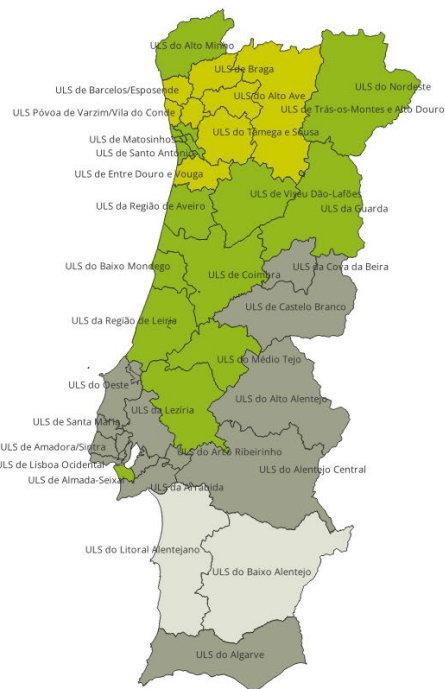


Figura 9 – Percentagem de utentes, entre os 50 e os 74 anos de idade, com rastreio do cancro do cólon e reto efetuado, por ULS (área CSP)



Legenda: 25,5% - 40,0% 40,1% - 55,0% 55,1% - 70,0% 70,1% - 83,2%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados extraídos do Portal da Transparência do SNS a 29/01/2025.



6. Conclusões

Apresentam-se em seguida as principais conclusões, resultantes da análise aos diferentes indicadores avaliados, relativos a acesso a cuidados de saúde nas unidades de CSP.

- No final de 2024, 85,4% dos utentes inscritos nos CSP em Portugal continental tinham médico de família atribuído, um aumento de 1,9 p.p. face a 2023, contrariando a tendência dos últimos anos de diminuição no valor deste indicador.
- À semelhança do constatado em 2023, as percentagens mais elevadas de utentes com médico de família atribuído observaram-se nas unidades situadas na região de saúde do Norte (97,3% em 2024), e as mais baixas nas regiões de saúde de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve (72,1% e 81,2%, respetivamente, em 2024).
- A taxa de utilização de consultas médicas a um ano para todos os utentes apresentou, em 2024, um valor idêntico ao de 2023 (de 69,0%). Com exceção das unidades situadas na região do Centro, onde se verificou uma redução de 0,5 p.p., nas restantes regiões de saúde observou-se uma melhoria neste indicador. No caso dos utentes sem médico de família atribuído, a taxa de utilização de consultas médicas aumentou, em Portugal continental, 4,7 p.p. em relação ao ano anterior, com particular destaque para a região do Norte, com um aumento de 10,8 p.p..
- Do confronto entre as percentagens de utentes com médico de família e as taxas de utilização de consultas, destaca-se que, tendencialmente, nas ULS onde existe uma maior percentagem de utentes com médico de família, as taxas de utilização de consultas são mais altas, o que sugere que a disponibilidade de médico de família promove e facilita a utilização CSP no SNS, sugestão reforçada pelas taxas mais baixas de utilização de consultas por utentes sem médico de família nas ULS com menores percentagens de utentes com médico de família atribuído.



- Os dados analisados apontam para um reforço da prestação de cuidados de saúde presenciais, tanto médicos como de enfermagem, e para uma estabilização das consultas não presenciais. Em concreto, verificou-se um reforço das consultas presenciais, com as consultas médicas a aumentarem 6,2% e as de enfermagem 10,1%. Por outro lado, assistiu-se a uma redução das consultas não presenciais tanto no contexto das consultas médicas, de 1,2%, como das de enfermagem com 4,0%.
- Adicionalmente, assistiu-se a um crescimento das consultas médicas ao domicílio de 19,7%, ultrapassando, pela primeira vez desde 2020, os valores registados em 2019.
- Não seguindo a tendência de crescimento, foi observada, no indicador relativo a consultas médicas não programadas para a população com idade igual ou superior a 65 anos, uma diminuição de 33,5%, atingindo o nível mais baixo desde 2019.
- Observou-se um aumento expressivo (de 48,2%) das consultas por motivo de gripe, com as regiões do Centro, Norte e Alentejo a registarem os maiores crescimentos.
- Da monitorização do acompanhamento de utentes com doença crónica, foi possível concluir que o número de utentes com diabetes com exame dos pés realizado tem vindo a aumentar sistematicamente ao longo dos últimos anos, tendo-se verificado, em 2024, um aumento de 9,4% em relação a 2023, sendo certo que esta variação positiva se tem observado em todas as regiões de saúde.
- No âmbito da vigilância a grupos de risco, manteve-se a tendência de diminuição na percentagem de recém-nascidos com pelo menos uma consulta médica até aos primeiros 28 dias de vida. Da mesma forma, mas contrariando a tendência verificada nos anos anteriores, a percentagem de recém-nascidos com domicílio de enfermagem até aos primeiros 15



dias de vida apresentou também uma diminuição de 3,9 p.p. em 2024 face a 2023.

- No que respeita aos rastreios para diagnóstico precoce da doença oncológica nos estabelecimentos prestadores de CSP, no ano de 2024 todos os indicadores apresentaram melhorias: observou-se aumento no número de mulheres com registo de mamografia realizada nos últimos dois anos (de 0,1%), no número de mulheres com colpocitologia realizada (de 6,8%) e no número de utentes com rastreio do cancro do cólon e reto efetuado (de 5,4%).
- As unidades localizadas na região de saúde do Norte destacaram-se pela positiva no âmbito dos indicadores relativos à vigilância do recém-nascido e aos rastreios de base populacional, confirmando-se a existência de melhores níveis de acesso nas ULS com maior percentagem de utentes com médicos de família atribuído.

Dado que continuam a observar-se grandes heterogeneidades a nível regional, bem como uma tendência de diminuição na percentagem de utentes com médico de família atribuído, fator que demonstrou ter um impacto significativo nos resultados dos indicadores de acesso aos cuidados de saúde prestados nas unidades de CSP, e atenta a reconhecida importância deste nível de cuidados em termos de acesso ao SNS, a ERS irá continuar a acompanhar as unidades de cuidados de saúde primários, no âmbito das suas competências de garantia dos direitos dos utentes.



© Entidade Reguladora da Saúde, Porto,
Portugal, 2025

A reprodução de partes do conteúdo deste documento é autorizada, exceto para fins comerciais, desde que mencionando a ERS como autora, o título do documento, o ano de publicação e a referência “Porto, Portugal”.

Na execução deste documento foi atendida a privacidade dos titulares de dados pessoais. O tratamento destes dados cumpriu as normas relativas à sua proteção, nomeadamente as constantes do Regulamento Geral de Proteção de dados (RGPD).



Rua S. João de Brito, 621 L32
4100-455 PORTO - Portugal
T +351 222 092 350
geral@ers.pt
www.ers.pt